SETEMBRO DE 2007 • ANO XX • Nº 783 • SEG 10 • TER 11 • QUA 12 • QUI 13 • SEX 14 • SÁB 15 • DOM 16 • sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

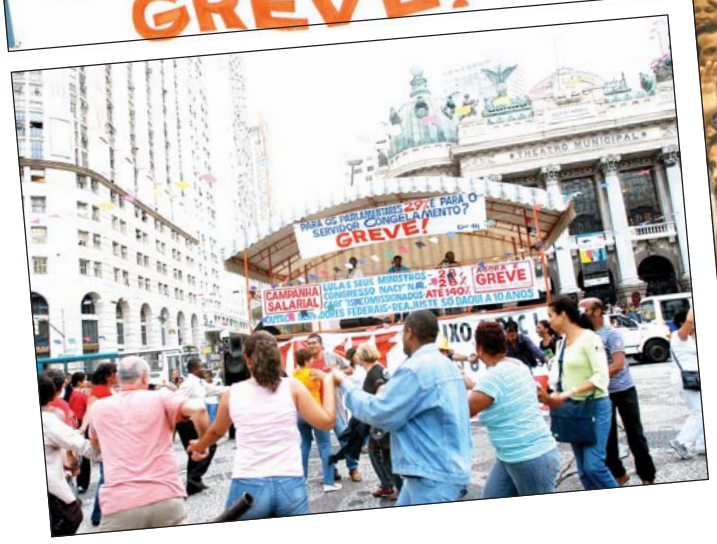
www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

A greve acabou!

IMAGENS DA LUTA. A greve de quase 100 dias escreveu cenas de mobilização de companheiros que vão entrar como mais uma etapa da história dos trabalhadores da UFRJ. A participação ativa no movimento deixa lições de dignidade de quem se recusa à submissão

Uma agitada assembléia com cerca de 300 técnicos-administrativos aprovou o fim da greve iniciada em 30 de maio e o retorno ao trabalho a partir desta segunda-feira, dia 10 de setembro. A decisão foi tomada depois de a Fasubra/CNG assinar com o governo um termo de compromisso que, entre outras coisas, assegura reajuste entre 5,37% e 20,07% a partir de maio de 2008. Na assembléia, com significativa manifestação das bases, os trabalhadores da UFRJ se posicionaram contra a proposta do governo que resultou no acordo – que foi referendado pelas assembléias da maioria das entidades filiadas à Federação. Veja o conteúdo do termo de compromisso e como fica a sua remuneração. *Páginas 2, 3 e 4.*



Plebiscito: 90% querem a Vale de volta

ALOÍSIO. Reitor votou pela anulação do leilão da Vale

Durante três dias (3, 4 e 5 de setembro) quase 4 mil pessoas foram às urnas na UFRJ participar do plebiscito sobre a anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. Cerca de 90% dos consultados querem a empresa de novo nas mãos do Estado brasileiro. Como se sabe, a Vale – uma das maiores empresas de mineração do mundo – foi praticamente doada a capitalistas brasileiros e internacionais pelo governo Fernando Henrique Cardoso. No país, organizado por mais de 60 entidades, o plebiscito durou uma semana. *Páginas 5 e 6*

NA BOCA DA URNA. Plebiscito em várias unidades

Veja o calendário para esta semana das discussões sobre o plano da Reitoria para a UFRJ

MOVIMENTO

Categoria rejeita acordo, mas decide retornar ao trabalho

Greve durou mais de cem dias. Assembléia na UFRJ condenou a proposta do governo

Uma agitada assembléia com cerca de 300 técnicos-administrativos presentes, realizada terça-feira, 4, no auditório do CT, aprovou o fim da greve iniciada em 30 de maio. Mas a volta definitiva ao trabalho na UFRJ será a partir desta segunda-feira, 10. A decisão de retornar às atividades foi de toda a categoria nas 48 universidades federais do país que aderiram à paralisação.

As assembléias em nível nacional para encerrar a greve de quase cem dias ocorreram depois da assinatura pelo governo, na noite de segunda-feira, 3, e pelo Comando Nacional de Greve pela direção da Fasubra do Termo de Compromisso que garante à categoria a aplicação dos percentuais da segunda tabela apresentada pelos representantes dos ministérios do Planejamento e da Educação à mesa de negociação.

Posição política

A assembléia de terça-feira foi uma das mais longas realizadas durante o período de greve. Vinte técnicos-administrativos se manifestaram fazendo avaliações sobre o movimento grevista que se encerrava, entre os quais os técnicos-administrativos que representaram a categoria nas últimas três semanas no Comando Nacional de Greve. E foram principalmente os informes trazidos de Brasília por esses companheiros que estimularam a categoria a marcar uma posição política.

Antes de pôr em votação o término da paralisação, os trabalhadores da UFRJ, por ampla maioria, aprovaram recurso à decisão favorável tomada na assembléia anterior (quinta-feira, 30 de agosto) ao acordo de greve indicado pelo CNG/Fasubra às bases. Com isso, a categoria baixou de 33 para 32 o total de universidades que aceitou a última contraproposta do governo. A mesma que vigorará a partir do próximo ano. Essa atitude inédita da categoria de rever posição aprovada em assembléia foi em função de um erro de informação do CNG/Fasubra, e que os próprios integrantes mais tarde reconheceram ter cometido. Ao contrário do que diz o texto do Informativo de Greve (IG) de 29 de agosto, não foi "por unanimidade" que o CNG/Fasubra aprovou que o conjunto da categoria deveria aceitar a contraproposta do governo e terminar a greve.

Declaração de voto

Paulo Ubirajara de Jesus, (IFCS) justificou seu voto contrário ao da maioria afirmando: "Nosso movimento não acaba hoje, portanto, termos que ter responsabilidade. Se hoje votamos para reverter decisão de uma assembléia, amanhã faremos o mesmo em relação, por exemplo, a uma assembléia de decretação de greve".

Fotos: Niko Júnior

DOIS MOMENTOS MARCANTES. Na quarta-feira, 30 de maio, Quinhentão lotado, os trabalhadores da UFRJ decidiram pela greve, cujo fim foi definido na assembléia do dia 4

Nada mudou

O fato de os trabalhadores da UFRJ terem rechaçado a proposta do governo que vigorará nos próximos anos, não significa que o SINTUFRJ não atuará politicamente, na qualidade de legítimo representante da categoria, nos debates que ocorrerão de encaminhamento do acordo assinado pela Fasubra e o governo. Tanto é assim que a assembléia de terça-feira também aprovou um documento, que já foi enviado à Federação, contendo várias propostas (veja no boxe a baixo).

As tarefas do SINTUFRJ

Outra iniciativa da assembléia foi aprovar três tarefas pós-greve para o SINTUFRJ. A primeira, que a diretoria da entidade deve se reunir com o reitor Aloísio Teixeira para definir como será, em todas as unidades e setores da Universidade, a reposição dos dias parados. A segunda, lançar o Movimento de Reconstrução do PCCTAE – pela unidade da categoria, pois somos todos trabalhadores em educação. E a terceira, realizar assembléia de avaliação da greve, mas com a participação de diretores da Fasubra para explicar procedimentos e comportamentos adotados durante a paralisação, não aceitos ou não compreendidos pela categoria.

Documento à Fasubra

"Os trabalhadores técnico-administrativos da UFRJ, reunidos em assembléia geral realizada no dia 4 de setembro, após relato da assinatura do Termo de Compromisso, cuja forma final não foi objeto de discussão com as bases, e não estando garantidos os prazos para efetivação da cláusula segunda e verificação de possível esvaziamento da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNS), uma conquista da nossa Lei 11.091/2005 – sendo este um espaço propício para discussão de carreira –, e a constatação de que propostas oriundas da base não tiveram o tratamento devido de respeito à diversidade existente na base da Federação, propõe à direção nacional da Fasubra:

a) Convocação de plenária nacional de avaliação da greve para a primeira quinzena de outubro;

b) Acompanhamento do cumprimento do Termo de Compromisso pelas bases e pela assessoria jurídica da Fasubra, devendo o texto do PL ser submetido aos mesmos;

c) Convocação do GT-Carreira para avaliar os impactos do resultado desta greve no PCCTAE e no nosso projeto de carreira;

d) Pressionar para a convocação pelo MEC da Comissão Nacional de Supervisão de Carreira para que esta dê continuidade aos debates e construção de propostas sobre racionalização e percentuais de incentivo à qualificação (anexo IV), com a participação do Ministério do Planejamento na bancada do governo."

Sindicato já solicitou reuniões com o reitor

Por meio de ofício enviado na quarta-feira, 5, a diretoria do SINTUFRJ comunicou ao reitor Aloísio Teixeira a decisão tomada pela categoria na assembléia de terça-feira, 4, de suspender o movimento de paralisação iniciado no dia 30 de maio e de retornar ao trabalho nesta segunda-feira, 10.

O reitor também foi informado que, por decisão da assembléia, o SINTUFRJ e a Reitoria deverão, juntos, estabelecer o Plano de Reposição do Trabalho, previsto na cláusula oitava do Termo de Compromisso assinado pela Fasubra e pelos ministérios do Planejamento e da Educação, no dia 3 de setembro.

Auxílio-saúde

Na oportunidade, a diretoria do SINTUFRJ solicitou, ainda, uma reunião específica com a Reitoria para tratar da implantação do Auxílio-Saúde Suplementar na UFRJ – cláusula primeira do Termo de Compromisso selado entre a Fasubra e o governo, portanto, uma conquista da greve.

JORNAL DO SINTUFRJ
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Denise Francisco Góes, Jeferson Mota Salazar e Odilon Campinas Filho / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. / **Estagiária:** Silvana Sá / **Secretária:** Katia Barbieri / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko Júnior / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels.: 2560-8615/2590-7209, ramais 214 e 215.

MOVIMENTO

Aumentos de 5,37% a 20,07% a partir de maio de 2008

Trinta e duas IFES disseram sim; sete disseram não. Esse foi o balanço das assembléias de base sobre a indicação da Fasubra de aceite da proposta do governo. Algumas entidades não informaram resultado porque realizariam assembléias durante a semana passada. Mas a posição já estava definida. A maior parte da categoria aceitou a proposta do governo, formalizada no termo de compromisso assinado na segunda-feira, dia 3, que expressou o resultado da negociação.

No termo, a Fasubra conseguiu a retroatividade da vigência da tabela de 2008. O governo tinha proposto julho. A Fasubra reivindicou janeiro. Ficou para maio. Mas só a de 2008. As outras tabelas, de 2009 e 2010, têm vigência para julho de cada ano.

E as tabelas, como ficaram?A reestruturação das tabelas remuneratórias, que vão entrar em vigor em maio de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, levou em consideração alguns parâmetros, como:

2008 **–** incorporação à base da tabela remuneratória da parcela denominada Valor Pecuniário Individual – VPI (R$ 59,87); manutenção do VBC; mudança na interpolação da Classe D para E de P21 para P23;

2009 **–** mudança na interpolação da Classe D para E de P-23 para P28;

2010 **–** mudança na interpolação da Classe C para D de P16 para P17 e da Classe D para E de P28 para P31.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Recursos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 7º andar.
Sala 700 Cep: 70.046-900 – Brasília-DF

TERMO DE COMPROMISSO

Define os Termos do Acordo resultante da negociação havida entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, representante dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino a partir de temas abordados na mesa de negociação.

Pelo presente Termo de compromisso, de um lado, a representação governamental, neste ato composta pelos Secretários de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, e de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC, e de outro, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, representando os servidores técnico-administrativos em educação, das instituições federais de ensino, tem como justo e acordado o seguinte:

Cláusula Primeira: Os Técnico-Administrativos em educação, ativos, aposentados e pensionistas e seus respectivos dependentes, das Instituições Federais de Ensino, integrantes da Carreira regulamentada pela Lei 11.091, de 15 de janeiro de 2005, farão jus à contrapartida de R$ 42,00 (quarenta e dois reais), com início em novembro de 2007, a título de contribuição para o Auxílio de Saúde Suplementar do servidor público, conforme Portaria nº 1983/2006.

Cláusula Segunda: Será encaminhada à Casa Civil da Presidência da República proposta de instrumento legal que contemple a reestruturação das Tabelas Remuneratórias dos Técnico-Administrativos em educação, conforme o que consta do Anexo I deste Termo de Compromisso, que expressa o resultado da negociação.

Cláusula Terceira: O Governo, construirá instrumento legal, quando da reestruturação da tabela remuneratória, para não absorver o Vencimento Básico Complementar (VBC).

Cláusula Quarta: O Governo considerará nos debates e fóruns apropriados da administração pública (MNNP), as contribuições, idéias e matérias produzidas pelo Grupo de Trabalho/2006, instituído pelo MEC, sobre benefícios dos servidores públicos federais.

Cláusula Quinta: O Governo se compromete a retomar as discussões sobre a racionalização dos cargos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino, mediante Grupo de Trabalho específico, com a participação de membros do Ministério da Educação, sendo que a primeira reunião será realizada em meados de outubro de 2007.

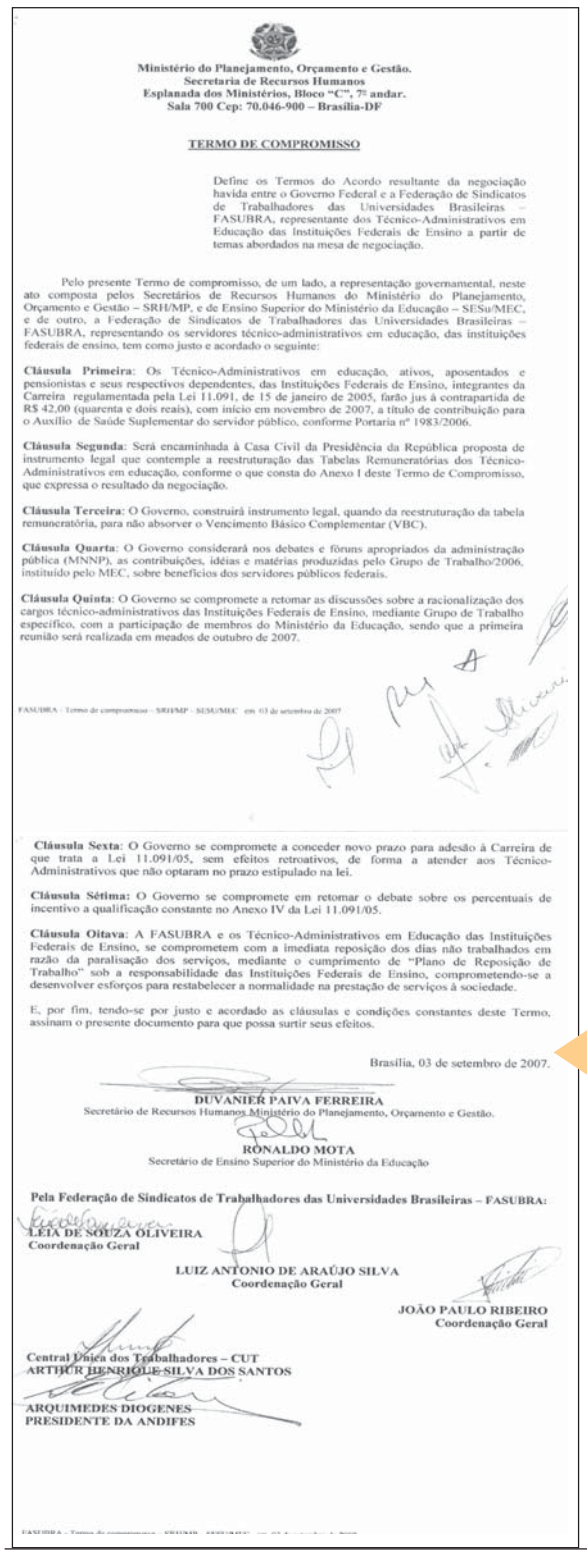
Cláusula Sexta: O Governo se compromete a conceder novo prazo para adesão à Carreira de que trata a Lei 11.091/05, sem efeitos retroativos, de forma a atender aos técnico-administrativos que não optaram no prazo estipulado na lei.

Cláusula Sétima: O Governo se compromete em retomar o debate sobre os percentuais de incentivo a qualificação constante no Anexo IV da Lei 11.091/05.

Cláusula Oitava: A FASUBRA e os Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, se comprometem com a imediata reposição dos dias não trabalhados em razão da paralisação dos serviços, mediante o cumprimento de "Plano de Reposição de Trabalho" sob a responsabilidade das Instituições Federais de Ensino, comprometendo-se a desenvolver esforços para restabelecer a normalidade na prestação de serviços à sociedade.

E, por fim, tendo-se por justo e acordado as cláusulas e condições constantes deste Termo, assinam o presente documento para que possa surtir seus efeitos.

Brasília, 3 de setembro de 2007.


Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Recursos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 7º andar.
Sala 700 Cep: 70.046-900 – Brasília-DF

TERMO DE COMPROMISSO

Define os Termos do Acordo resultante da negociação havida entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, representante dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino a partir de temas abordados na mesa de negociação.

Pelo presente Termo de compromisso, de um lado, a representação governamental, neste ato composta pelos Secretários de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, e de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC, e de outro, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, representando os servidores técnico-administrativos em educação, das instituições federais de ensino, tem como justo e acordado o seguinte:

Cláusula Primeira: Os Técnico-Administrativos em educação, ativos, aposentados e pensionistas e seus respectivos dependentes, das Instituições Federais de Ensino, integrantes da Carreira regulamentada pela Lei 11.091, de 15 de janeiro de 2005, farão jus à contrapartida de R$ 42,00 (quarenta e dois reais), com início em novembro de 2007, a título de contribuição para o Auxílio de Saúde Suplementar do servidor público, conforme Portaria nº 1983/2006.

Cláusula Segunda: Será encaminhada à Casa Civil da Presidência da República proposta de instrumento legal que contemple a reestruturação das Tabelas Remuneratórias dos Técnico-Administrativos em educação, conforme o que consta do Anexo I deste Termo de Compromisso, que expressa o resultado da negociação.

Cláusula Terceira: O Governo, construirá instrumento legal, quando da reestruturação da tabela remuneratória, para não absorver o Vencimento Básico Complementar (VBC).

Cláusula Quarta: O Governo considerará nos debates e fóruns apropriados da administração pública (MNNP), as contribuições, idéias e matérias produzidas pelo Grupo de Trabalho/2006, instituído pelo MEC, sobre benefícios dos servidores públicos federais.

Cláusula Quinta: O Governo se compromete a retomar as discussões sobre a racionalização dos cargos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino, mediante Grupo de Trabalho específico, com a participação de membros do Ministério da Educação, sendo que a primeira reunião será realizada em meados de outubro de 2007.

Cláusula Sexta: O Governo se compromete a conceder novo prazo para adesão à Carreira de que trata a Lei 11.091/05, sem efeitos retroativos, de forma a atender aos Técnico-Administrativos que não optaram no prazo estipulado na lei.

Cláusula Sétima: O Governo se compromete em retomar o debate sobre os percentuais de incentivo a qualificação constante no Anexo IV da Lei 11.091/05.

Cláusula Oitava: A FASUBRA e os Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, se comprometem com a imediata reposição dos dias não trabalhados em razão da paralisação dos serviços, mediante o cumprimento de "Plano de Reposição de Trabalho" sob a responsabilidade das Instituições Federais de Ensino, comprometendo-se a desenvolver esforços para restabelecer a normalidade na prestação de serviços à sociedade.

E, por fim, tendo-se por justo e acordado as cláusulas e condições constantes deste Termo, assinam o presente documento para que possa surtir seus efeitos.

Brasília, 03 de setembro de 2007.

DUVANIER PAIVA FERREIRA
Secretário de Recursos Humanos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

RONALDO MOTA
Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação

Pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA:

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA
Coordenação Geral

LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO SILVA
Coordenação Geral

JOÃO PAULO RIBEIRO
Coordenação Geral

Central Única dos Trabalhadores – CUT
ARTHUR HENRIQUE SILVA DOS SANTOS

ARQUIMEDES DIOGENES
PRESIDENTE DA ANDIFES

fac-símile do Termo de Compromisso com as assinaturas

Em números, o que isso significa?

REMUNERAÇÃO (em reais)

	2008		2009		2010	
	piso	teto	piso	teto	piso	teto
CLASSE A	802,76	1.517,26	845,87	1.598,75	920,60	1.739,99
CLASSE B	958,04	1.810,76	1.009,49	1.908,00	1.098,68	2.076,56
CLASSE C	1.143,36	2.161,02	1.204,76	2.277,07	1.311,20	2.478,24
CLASSE D	1.364,53	2.579,04	1.437,80	2.717,54	1.621,16	3.064,10
CLASSE E	1.747,83	3.303,51	2.197,95	4.154,25	2.659,89	5.027,35

MOVIMENTO

Reivindicações históricas

Em janeiro de 2005 foi sancionada a lei da nova Carreira. Além de reajustes, da possibilidade de crescimento, capacitação e qualificação, obtivemos mais. Na nova malha salarial com 39 padrões de vencimentos básicos, com steps constantes, parte da categoria no topo da carreira pôde se mover verticalmente. No acordo, o governo se comprometeu com a evolução da carreira, principalmente a tabela que, quando o plano foi implantado, não alcançou a íntegra do que estava previsto (piso de três salários mínimos e step de 5%).

Com isso, a distorção persistiu, como o congelamento de salários para a parcela da categoria que tinha parcela extra do salário chamada VBC (Vencimento Básico Complementar). Por isso, a Fasubra colocou a questão da reestruturação da tabela como emergencial na pauta de 2007.

Outros pontos

Além do plano de saúde, na pauta específica reivindicamos ainda a racionalização (que é a correção dos problemas originados com a organização dos cargos nas classes) e alteração do Anexo IV que diz respeito à tabela do incentivo à qualificação (para quem tem educação formal acima do exigido pelo cargo) e que precisa ter seus percentuais melhorados..

A negociação afunilou no início de agosto

O governo apresentou sua primeira proposta efetiva de tabela no dia 7 de agosto. No dia 9 de agosto, a direção da Fasubra apresentou a sua, com percentuais de aumento que iam de 9,89% na Classe A a 31,84% na E, já na primeira das três tabelas, que o Comando pretendia ver implantada em janeiro.

O governo respondeu com mais uma tabela. Retrocesso e brincadeira foram alguns dos termos usados pelas lideranças sobre essa proposta, porque desconsiderava a estrutura hierárquica.

Em 28 de agosto, o governo apresentou a proposta final que acabou consolidada no termo assinado. A proposta inclui a extensão do plano de saúde para todos os técnicos-administrativos das IFES a partir de novembro, incorporação à base da tabela da parcela chamada Valor Pecuniário Individual (de R$ 59,87), manutenção da parcela Vencimento Básico Complementar; mudança na interpolação da Classe C para D: de P16 para P17 em 2010; mudança na interpolação da Classe D para E: de P21 para P23 em 2008, de P-23 para P28 em 2009 e de P28 para P31 em 2010. A vigência da primeira tabela é a partir de maio de 2008.

ESTRUTURA PROPOSTA ETAPA 01 2008

802,76 — 5,37%

	3,60	NIV CLAS.	A				B				C				D				E			
	VB/SM	VENC. BAS.	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
P1	1,00	R$ 802,76	1																			
P2	1,04	R$ 831,66	2	1																		
P3	1,07	R$ 861,60	3	2	1																	
P4	1,11	R$ 892,62	4	3	2	1																
P5	1,15	R$ 924,75	5	4	3	2																
P6	1,19	R$ 958,04	6	5	4	3	1															
P7	1,24	R$ 992,53	7	6	5	4	2	1														
P8	1,28	R$ 1.028,26	8	7	6	5	3	2	1													
P9	1,33	R$ 1.065,28	9	8	7	6	4	3	2	1												
P10	1,37	R$ 1.103,63	10	9	8	7	5	4	3	2												
P11	1,42	R$ 1.143,36	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
P12	1,48	R$ 1.184,52	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
P13	1,53	R$ 1.227,16	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
P14	1,58	R$ 1.271,34	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
P15	1,64	R$ 1.317,11	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
P16	1,70	R$ 1.364,53	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1							
P17	1,76	R$ 1.413,65		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1						
P18	1,82	R$ 1.464,54			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1					
P19	1,89	R$ 1.517,26				16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1				
P20	1,96	R$ 1.571,89					15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2				
P21	2,03	R$ 1.628,47					16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3				
P22	2,10	R$ 1.687,10						16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4				
P23	2,18	R$ 1.747,83							16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	1			
P24	2,26	R$ 1.810,76								16	14	13	12	11	9	8	7	6	2	1		
P25	2,34	R$ 1.875,94									15	14	13	12	10	9	8	7	3	2	1	
P26	2,42	R$ 1.943,48									16	15	14	13	11	10	9	8	4	3	2	1
P27	2,51	R$ 2.013,44										16	15	14	12	11	10	9	5	4	3	2
P28	2,60	R$ 2.085,93											16	15	13	12	11	10	6	5	4	3
P29	2,69	R$ 2.161,02												16	14	13	12	11	7	6	5	4
P30	2,79	R$ 2.238,82													15	14	13	12	8	7	6	5
P31	2,89	R$ 2.319,41													16	15	14	13	9	8	7	6
P32	2,99	R$ 2.402,91														16	15	14	10	9	8	7
P33	3,10	R$ 2.489,42															16	15	11	10	9	8
P34	3,21	R$ 2.579,04																16	12	11	10	9
P35	3,33	R$ 2.671,88																	13	12	11	10
P36	3,45	R$ 2.768,07																	14	13	12	11
P37	3,57	R$ 2.867,72																	15	14	13	12
P38	3,70	R$ 2.970,96																	16	15	14	13
P39	3,83	R$ 3.077,91																		16	15	14
P40	3,97	R$ 3.188,72																			16	15
P41	4,12	R$ 3.303,51																				16

Acorda base!! Acorda base!!!

O sindicato é seu.
Acorda que esta é a sua hora
e a sua vez.
Os discursos inflamados
pelo politiquês e o sindicalês
já não convencem mais.
Deixa sair pela boca
aquilo que transborda o coração.
Fala bonita é a que vem do
coração.
Coração angustiado, coração
indignado.
Que já não pode calar.

Acorda base!!!
Nos ensina o caminho,
pois o caminho mais certo
sem você torna-se o caminho
errado.
Façamos pois o caminho juntos.
Não nos precipitemos, mas
também
não percamos a hora.
Nos empreste sua força e nós
combateremos na linha de frente.
Sem você somos fracos
e os poderosos nos devoram.
Façamos juntos a luta justa,
a luta digna.

Acorda base!!!
O poder é seu.
E o orgulho e prazer em
representá-la é nosso!

Levanta base!!!
Levanta e vem.

Iaci Azevedo
PR-4 / SINTUFRJ - Coord.
Educação, Cultura e Formação
Sindical

ESTRUTURA PROPOSTA ETAPA 02 2009

845,87 — 11,03%

	3,60	NIV CLAS.	A				B				C				D				E			
	VB/SM	VENC. BAS.	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
P1	1,00	R$ 845,87	1																			
P2	1,04	R$ 876,32	2	1																		
P3	1,07	R$ 907,87	3	2	1																	
P4	1,11	R$ 940,55	4	3	2	1																
P5	1,15	R$ 974,41	5	4	3	2																
P6	1,19	R$ 1.009,49	6	5	4	3	1															
P7	1,24	R$ 1.045,83	7	6	5	4	2	1														
P8	1,28	R$ 1.083,48	8	7	6	5	3	2	1													
P9	1,33	R$ 1.122,49	9	8	7	6	4	3	2	1												
P10	1,37	R$ 1.162,90	10	9	8	7	5	4	3	2												
P11	1,42	R$ 1.204,76	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
P12	1,48	R$ 1.248,13	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
P13	1,53	R$ 1.293,07	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
P14	1,58	R$ 1.339,62	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
P15	1,64	R$ 1.387,84	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
P16	1,70	R$ 1.437,80	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1							
P17	1,76	R$ 1.489,57		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1						
P18	1,82	R$ 1.543,19			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1					
P19	1,89	R$ 1.598,75				16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1				
P20	1,96	R$ 1.656,30					15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2				
P21	2,03	R$ 1.715,93					16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3				
P22	2,10	R$ 1.777,70						16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4				
P23	2,18	R$ 1.841,70							16	15	13	12	11	10	8	7	6	5				
P24	2,26	R$ 1.908,00								16	14	13	12	11	9	8	7	6				
P25	2,34	R$ 1.976,69									15	14	13	12	10	9	8	7				
P26	2,42	R$ 2.047,85									16	15	14	13	11	10	9	8				
P27	2,51	R$ 2.121,57										16	15	14	12	11	10	9				
P28	2,60	R$ 2.197,95											16	15	13	12	11	10	1			
P29	2,69	R$ 2.277,07												16	14	13	12	11	2	1		
P30	2,79	R$ 2.359,05													15	14	13	12	3	2	1	
P31	2,89	R$ 2.443,97													16	15	14	13	4	3	2	1
P32	2,99	R$ 2.531,96														16	15	14	5	4	3	2
P33	3,10	R$ 2.623,11															16	15	6	5	4	3
P34	3,21	R$ 2.717,54																16	7	6	5	4
P35	3,33	R$ 2.815,37																	8	7	6	5
P36	3,45	R$ 2.916,72																	9	8	7	6
P37	3,57	R$ 3.021,72																	10	9	8	7
P38	3,70	R$ 3.130,51																	11	10	9	8
P39	3,83	R$ 3.243,20																	12	11	10	9
P40	3,97	R$ 3.359,96																	13	12	11	10
P41	4,12	R$ 3.480,92																	14	13	12	11
P42	4,26	R$ 3.606,23																	15	14	13	12
P43	4,42	R$ 3.736,06																	16	15	14	13
P44	4,58	R$ 3.870,55																		16	15	14
P45	4,74	R$ 4.009,89																			16	15
P46	4,91	R$ 4.154,25																				16

ESTRUTURA FINAL 2010

920,60 — 20,84% — 31,14%

	3,60	NIV CLAS.	A				B				C				D				E			
	VB/SM	VENC. BAS.	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
P1	1,00	R$ 920,60	1																			
P2	1,04	R$ 953,74	2	1																		
P3	1,07	R$ 988,08	3	2	1																	
P4	1,11	R$ 1.023,65	4	3	2	1																
P5	1,15	R$ 1.060,50	5	4	3	2																
P6	1,19	R$ 1.098,68	6	5	4	3	1															
P7	1,24	R$ 1.138,23	7	6	5	4	2	1														
P8	1,28	R$ 1.179,20	8	7	6	5	3	2	1													
P9	1,33	R$ 1.221,66	9	8	7	6	4	3	2	1												
P10	1,37	R$ 1.265,64	10	9	8	7	5	4	3	2												
P11	1,42	R$ 1.311,20	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
P12	1,48	R$ 1.358,40	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
P13	1,53	R$ 1.407,30	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
P14	1,58	R$ 1.457,97	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
P15	1,64	R$ 1.510,45	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
P16	1,70	R$ 1.564,83	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
P17	1,76	R$ 1.621,16		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
P18	1,82	R$ 1.679,53			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
P19	1,89	R$ 1.739,99				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
P20	1,96	R$ 1.802,63					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
P21	2,03	R$ 1.867,52					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
P22	2,10	R$ 1.934,75						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
P23	2,18	R$ 2.004,41							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				
P24	2,26	R$ 2.076,56								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
P25	2,34	R$ 2.151,32									15	14	13	12	9	8	7	6				
P26	2,42	R$ 2.228,77									16	15	14	13	10	9	8	7				
P27	2,51	R$ 2.309,00										16	15	14	11	10	9	8				
P28	2,60	R$ 2.392,13											16	15	12	11	10	9				
P29	2,69	R$ 2.478,24												16	13	12	11	10				
P30	2,79	R$ 2.567,46													14	13	12	11				
P31	2,89	R$ 2.659,89													15	14	13	12	1			
P32	2,99	R$ 2.755,65													16	15	14	13	2	1		
P33	3,10	R$ 2.854,85														16	15	14	3	2	1	
P34	3,21	R$ 2.957,62															16	15	4	3	2	1
P35	3,33	R$ 3.064,10																16	5	4	3	2
P36	3,45	R$ 3.174,41																	6	5	4	3
P37	3,57	R$ 3.288,68																	7	6	5	4
P38	3,70	R$ 3.407,08																	8	7	6	5
P39	3,83	R$ 3.529,73																	9	8	7	6
P40	3,97	R$ 3.656,80																	10	9	8	7
P41	4,12	R$ 3.788,45																	11	10	9	8
P42	4,26	R$ 3.924,83																	12	11	10	9
P43	4,42	R$ 4.066,12																	13	12	11	10
P44	4,58	R$ 4.212,51																	14	13	12	11
P45	4,74	R$ 4.364,16																	15	14	13	12
P46	4,91	R$ 4.521,27																	16	15	14	13
P47	5,09	R$ 4.684,03																		16	15	14
P48	5,27	R$ 4.852,66																			16	15
P49	5,46	R$ 5.027,35																				16

PLEBISCITO A VALE É NOSSA

O Brasil vota pela anulação do leilão

Só no Rio de Janeiro, mais de 800 urnas foram espalhadas para escutar o povo

O Grito dos Excluídos deste ano, manifestação popular tradicional organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizada todo dia 7 de setembro, teve como tema a questão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

O lema "Isto não Vale: Queremos Participação no Destino da Nação" mostra o envolvimento e o tamanho da campanha nacional pela anulação do leilão da Vale que tomou conta do país.

E o desafio de realizar de forma conjunta e articulada por mais de 60 organizações o plebiscito pela anulação da CVRD foi comprado pelos movimentos. Só no Rio de Janeiro foram mais de 800 urnas espalhadas pelo estado. A data do plebiscito foi estendida de 7 para 9 de setembro para mobilizar de forma mais contundente a população. O resultado nacional será entregue dia 25, com atos nas principais capitais e em Brasília, ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário.

A importância desta campanha é tão grande que, independentemente da CUT participar do plebiscito com apenas uma pergunta sobre a anulação do leilão da Vale e outras organizações trabalharem com mais três referentes a dívida pública, tarifa de energia e reforma da Previdência, o seu caráter e objetivo não foram prejudicados. "O que é importante é essa unidade, e o plebiscito tem a tarefa de levar esse debate à sociedade. Trabalhar a unidade com o povo, com a classe trabalhadora, com as esquerdas, com as entidades despertando a sociedade para os problemas do país. A nossa expectativa é de superar o plebiscito da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), realizado em 2002, que obteve 10 milhões de votos", afirmou Mariana Duque, dirigente do MST – uma das organizadoras da campanha nacional – e integrante do Comitê Estadual do Rio.

Apuração dos votos

A contagem dos votos começa nesta segunda-feira, dia 10 de setembro, e o resultado estadual deve ser remetido até o dia 17 para o Comitê Nacional, em São Paulo. No Rio cada sindicato e organização ficou responsável de fazer sua apuração.

Construção

Os movimentos sociais em geral, e em especial o Grito dos Excluídos, estão vivendo um processo de articulação que vem se aprofundando nos últimos anos. A partir da primeira Semana Social Brasileira, iniciada em 1991, foram dados muitos passos conjuntos. Foi realizada a 1ª Assembléia Popular Nacional no ano de 2005. Antecederam a ela as Semanas Sociais, o surgimento do Grito em 1995, a Campanha Jubileu Brasil e os Plebiscitos da Dívida e da Alca em 2002. A realização da Assembléia Popular em 2005 foi fruto não só do desejo de superar as divisões, mas também de uma vontade política de construir um outro projeto, um Projeto Popular para o Brasil.

Total de votantes	**3.789**
Votos não	**223 - 5,87%**
Votos sim	**3.564 - 93,9%**
Votos em branco	**1**
Votos nulos	**4**

Campanha

O lema da campanha deste ano leva a refletir como Grito, o que vale e o que tem valor e o que não vale, o que não tem valor para a construção do projeto popular para o Brasil. Com certeza não vale o neoliberalismo, que continua concentrando riqueza e poder nas mãos de uma pequena elite; não vale a atual política econômica, que de um lado dá toda a garantia ao capital financeiro e ao pagamento das dívidas e por outro não apresenta nenhuma alternativa para milhões de jovens sem emprego e sem perspectivas de futuro; não realiza a reforma agrária tão necessária e obriga a milhões de brasileiros a emigrarem para outros países em busca de oportunidades de trabalho. Enfim, não vale a crescente exclusão social, a fome, a privatização do público em benefício de uma pequena minoria, em detrimento do povo brasileiro. Não vale este modelo econômico, que não resolve nossos problemas, não vale a corrupção, a impunidade, a guerra, a violência, as ocupações militares como no Iraque e no Haiti.

Lula e Niemeyer em lados opostos

Enquanto o arquiteto Oscar Niemeyer, próximo de completar 100 anos, celebrou o seu voto pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista a dez emissoras de rádio no Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, tinha atitude oposta. Embora o seu partido, o PT, tenha oficialmente assumido posição de apoio ao plebiscito, Lula afirmou que enquanto for presidente da República o assunto não irá passar pela sua mesa de trabalho.

CAMINHOS DIFERENTES. Lula, que criticou a venda da Vale em 97, mudou de opinião, ao contrário de Oscar Niemeyer

PLEBISCITO A VALE É NOSSA

UFRJ quer a Vale de volta

Apuração dos votos foi feita na noite do dia 5 na sede do Sindicato e durou quatro horas

O Comando Local de Greve/SINTUFRJ compraram mais um desafio já no final da greve que durou 100 dias: organizou e realizou durante três dias o plebiscito popular pela anulação do leilão que privatizou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1997. A resposta da comunidade e usuários foi contundente: 93,9% votaram SIM. Apenas 5,87% se colocaram contra a anulação do leilão.

A apuração foi realizada na sede do SINTUFRJ, logo após o encerramento do plebiscito, no início da noite do dia 5, e durou quatro horas. Todo o material do plebiscito foi repassado à CUT/RJ (originais das atas de votação, listagens de votantes, cédulas e o mapa de apuração). A votação na UFRJ, feita em todos os campi nos dias 3, 4 e 5 de setembro, envolveu 34 seções eleitorais e 68 mesários, com voto aberto para toda a comunidade, inclusive usuários. Urnas volantes também foram utilizadas para a votação.

A decisão de se realizar o plebiscito foi deliberada na Assembléia Geral de 21 de agosto sob orientação da CUT/RJ, e que também optou em utilizar apenas a primeira pergunta sobre a anulação do leilão, não incluindo outras três perguntas sobre dívida pública, tarifa de energia e reforma da Previdência – deliberadas pelo comitê nacional da campanha. O plebiscito foi realizado em todo o Brasil, na Semana da Pátria, dos dias 1º a 9 de setembro, e colocou na pauta de discussões as privatizações e a retirada de direitos dos trabalhadores, fruto da implementação da atual política econômica.

A CVRD foi vendida em 1997, por um valor inferior a sua própria receita anual. Seu valor foi estipulado em R$ 92 bilhões, mas vendida por R$ 3,1 bilhões. A empresa foi constituída em 1942 e, em 1997, tornou-se a maior mineradora de ferro mundial, possuindo a maior frota de navios cargueiros de grãos do mundo, duas malhas ferroviárias e mais de 54 empresas. Com a privatização muitos trabalhadores foram para o olho da rua.

Votação

Dentre as várias declarações sobre o plebiscito popular colhidas pelo Jornal do SINTUFRJ na UFRJ, verifica-se que há uma consciência sobre a importância da anulação do leilão, que foi fraudulenta e retirou do controle dos brasileiros e do Estado a exploração de seus lucros e riquezas para o capital privado. O resultado na UFRJ prova isso. A participação nas urnas do CFCH e da entrada do Banco do Brasil, no CCS, ultrapassou os duzentos votos.

Fotos: Niko Júnior

No entanto, muitas pessoas consultadas declararam não estar inteiradas sobre a questão, muito menos que existe um plebiscito popular em todo o Brasil para colher assinaturas reivindicando a anulação da privatização. Daí a importância de cada vez mais ampliar a campanha e debater com a sociedade. Um exemplo da necessidade de massificar a campanha foi mostrada pelo funcionário do Ministério do Trabalho Antonio Carlos Faro. Abordado no bloco K do CCS, pegou o panfleto de informações, disse que não estava informado sobre o plebiscito, leu sobre a campanha e resolveu votar. Votou pela anulação e disse que iria se aprofundar mais sobre a privatização da Vale e a campanha popular.

NA UFRJ. O Sindicato investiu num plebiscito que vai entrar para a história. Além das urnas fixas, urnas móveis circularam pelas diversas unidades da universidade

"É muito importante a campanha pela anulação do leilão da Vale, pois se coloca contra as privatizações iniciadas nos anos 90"

Aloísio Teixeira
Reitor da UFRJ

Reitor defende reestatização

O reitor da UFRJ Aloísio Teixeira, economista renomado e defensor das causas nacionais, fez questão de mostrar seu voto. Marcou seu X pela reestatização da empresa criada com os recursos dos trabalhadores brasileiros.

"É muito importante a campanha pela anulação do leilão da Vale, pois se coloca contra as privatizações iniciadas nos anos 90. É preciso repensar a questão para a sociedade, para o Brasil e para o Estado Nacional, porque implica redefinir os interesses nacionais, uma política voltada para o mercado interno e o da inserção econômica brasileira nacional e internacional. Esse plebiscito permite a manifestação do povo em defesa de um patrimônio que é importante para o país. É lamentável que as ações não estejam em suas mãos e sim em mãos estrangeiras. Agrava o problema!", disse.

O assistente da Secretaria do Consuni, Marcos Gil Ferreira, foi direto: "Temos que tomar o que é nosso de volta. Não deixar nada para eles. Também precisamos reorganizar o governo, e o capitalismo não serve pra gente. Hoje nosso dinheiro é todo levado para fora. O Brasil é um país capitalista selvagem demais e não pode continuar nesse ritmo."

O delegado sindical de base da Neurologia e auxiliar operacional, Aluísio Nascimento, que mora em Belford Roxo, fez campanha no bairro onde mora em Santa Marta, e foi também nas igrejas evangélicas para falar da campanha. Segundo ele, o pastor se colocou à disposição e chegou a pregar para os seus sobre a necessidade de o povo se unir e poder votar no plebiscito. Aluísio finalizou seu depoimento questionando: "Cadê o dinheiro da privatização? ". E defendeu: "A vale é nossa, é nosso patrimônio".

A organização e a coordenação da votação foram feitas pelos companheiros Francisco Carlos, Noemi Andrade e Vera Barradas

MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE

Centros discutem projetos

Reitor sustenta sua posição de concentração das atividades no Fundão

A reunião programada para que os dois centros da Praia Vermelha – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) – discutissem o anteprojeto da Reitoria da UFRJ para a universidade e que engloba também o decreto do governo do programa de reestruturação e expansão das universidades (Reuni) acabou transformando-se em um debate ampliado. A sala da Faculdade de Educação ficou pequena para o número do público presente, a maioria estudantes que são contra o Reuni.

Muitos professores fizeram várias considerações mostrando que o debate continua polêmico, ainda mais sobre a proposta da transferência das unidades externas para a Ilha do Fundão, os recursos propostos pelo governo e o tempo, considerado por todos muito curto diante da complexidade da discussão. Na reunião, o reitor ratificou sua posição de que a integração necessária para a UFRJ passa pela concentração de sua estrutura física e acadêmica na Cidade Universitária. "Estou convencido disso", afirmou.

Resistência a mudanças

O decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, considerou que o centro fez a sua discussão – manifestaram-se as Escolas de Comunicação e Serviço Social, Instituto de Psicologia, Faculdade de Educação e IFCS. Já o decano do CCJE, Alcino Câmara, dizendo falar na condição de convidado, fez um diagnóstico da situação da educação brasileira e criticou a resistência às mudanças propostas para a UFRJ. Do seu centro manifestaram-se as Faculdades de Direito, de Administração e Ciências Contábeis e Instituto de Economia.

Foto: Kelvin Melo

ANA RIBEIRO. "Estamos acumulando discussão"

A coordenadora-geral do SINTUFRJ, Ana Maria Ribeiro, informou sobre o debate que foi iniciada no GT-Educação do Sindicato. "Estamos acumulando discussão sobre o projeto apresentado pela Reitoria". Ela criticou o método de debate utilizado e defendeu a criação de uma Estatuinte específica – proposta antes pelo professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação – com integrantes eleitos apenas para tratar da questão. Tanto para ela quanto para outros representantes dos centros, a transferência para o Fundão é secundária em relação ao tamanho da complexidade do debate.

Discussão no Conselho

O anteprojeto de reestruturação e expansão da UFRJ será discutido, no geral, como primeiro ponto de pauta na sessão do dia 19, mas houve acordo – na sessão do Conselho de Ensino de Graduação do dia 5- de que seria importante os presentes conhecerem os elementos que envolvem a discussão deste tópico proposta em particular.

Por solicitação da presidente do Conselho de Ensino de Graduação, Belkis Waldman, a sessão foi fechada com uma rápida explanação da representante técnico-administrativa Ana Maria Ribeiro sobre um dos tópicos do anteprojeto da Reitoria que, assim com a concentração das atividades acadêmicas no Fundão, promete polêmica: a questão dos cursos de terminalidade breve.

Ana explicou que os cursos, de curta duração, na nova legislação não podem ser confundidos com os cursos de graduação. "Não podemos, e não devemos, ir além do que o legislador decidiu", comenta ela, para explicar que o artigo 44 da LDB faz uma clara separação dos cursos seqüenciais e os de graduação.

Ela conta que há um debate sobre a inclusão de ciclo básico nos cursos de graduação com dois anos de duração que possibilite uma maior capacidade de escolha e preparação dos jovens, "Mas não cabe trazer o debate sobre cursos de curta duração para a definição de carga horária de curso de graduação presencial."

O ano letivo regular, segundo explicou, com no mínimo 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, se aplica à educação superior como um todo.

Os 200 dias podem significar 33 semanas de 6 dias úteis, ou 40 semanas de 5 dias úteis.

Mas um curso de graduação com 4 anos de duração com menos de 3.200 horas significa menos de 800 horas anuais de trabalho acadêmico efetivo, ou seja, menos que a educação básica**.** Ana faz uma crítica a mais: "Ao mesmo tempo, se apostarmos numa carga horária mínima baseada nas 800 horas anuais, estaremos nos colocando numa **posição delicada** frente aos acordos internacionais. Como ter equivalências enquanto Portugal se ajusta para atender às especificações da União Européia, cuja carga horária anual é de 1.560 horas anuais?".

Ana acredita que o que se deve avaliar sobre a proposta de terminalidade breve é se o que está se propondo é a criação de cursos indefinidos, do ponto de vista da inserção profissional dos jovens, ou se trata de reestruturar os cursos de graduação, através do aumento da carga horária diária, possibilitando o seu término em três anos.

Debate com SINTUFRJ é na quinta-feira, dia 13

O cronograma de debates do anteprojeto de reestruturação e expansão da UFRJ previa, até aqui, três reuniões públicas em diferentes centros. A Reitoria havia deixado por conta dos centros fomentar a discussão nas unidades. Mas na terça-feira, dia 4, o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) decidiu ampliar a agenda de debates. O CSCE reúne reitor, pró-reitores e decanos. O novo calendário inclui reuniões, inclusive com o SINTUFRJ e ADUFRJ. Também foi ampliado o número de audiências públicas de três para cinco – todas na última semana de setembro, com datas ainda a serem definidas. Todas as reuniões são abertas e devem ser acompanhadas por todos.

Calendário de reuniões

11/09 – 13h – Auditório Nobre do CT
12/09 – 13h30 – Auditório do Roxinho (CCMN)
13/09 – 16h – SINTUFRJ
14/09 – 11h – Salão Azul do CLA
17/09 – 10h – Auditório Hélio Fraga do CCS
19/09 – 16h – APG
21/09 – 9h30 – ADUFRJ
03/10 – 9h30 – CEG
05/10 – 9h30 – CEPG

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
19/09 – 10h30 – Salão Nobre do IFCS
24/09 – 18h30 – Salão Nobre da FND
25/09 – 10h – Educação Física
26/09 – 10h – Auditório do Bloco A do CT
28/09 – 10h – Salão Pedro Calmon na Praia Vermelha

Discussão também no GT-Educação

O GT-Educação do SINTUFRJ se reuniu mais uma vez no dia 6, na subsede do HU, para prosseguir na discussão do projeto da Reitoria de reestruturação e expansão da UFRJ.

Grande parte da reunião foi tomada por esclarecimento de muitas dúvidas que cercam o plano. Inclusive sobre a polêmica proposta de demolição de prédios na Praia Vermelha.

Mas o destaque do GT foi mesmo o questionamento à proposta da nova modalidade de cursos de terminalidade breve.

Um ponto de vista que pode ser defendido é que os atuais cursos da UFRJ tenham carga horária reorganizada para que possam ser concluídos em menos tempo. Com a redução da duração podem ser abertas mais vagas e pode-se reduzir a necessidade de espaço.

Reunião com SINTUFRJ

Todos os pontos discutidos desde a primeira reunião serão organizados em um documento que será apresentado à diretoria do SINTUFRJ e deverá embasar o posicionamento da entidade sobre o projeto da Reitoria.

O SINTUFRJ tem reunião marcada para discutir o plano com o reitor na quinta-feira, dia 13, às 16h, na subsede do HU. As reuniões são públicas e todos estão convidados.

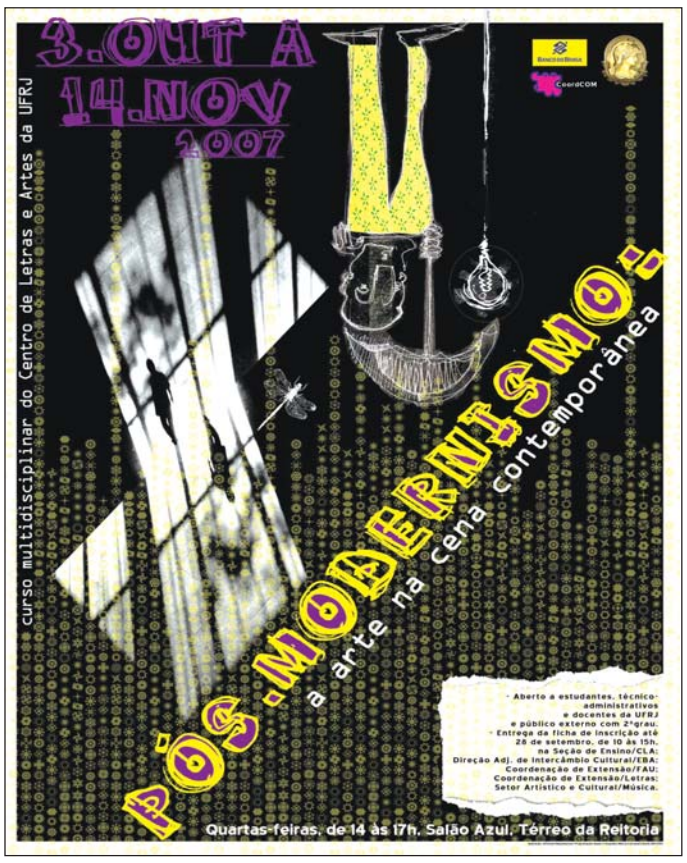
Curso sobre pós-modernismo

Até o dia 28 de setembro, o Centro de Letras e Artes inscreve para o curso Pós-Modernismo: A Arte na Cena Contemporânea, que abordará de forma multidisciplinar e crítica a produção artística pós-moderna. O curso é gratuito e aberto a todos os segmentos da comunidade universitária e ao público externo. Pré-requisito: formação de segundo grau. As aulas serão ministradas às quartas-feiras, de 3 de outubro a 14 de novembro, das 14h às 17h, no Salão Azul da Reitoria.

As centenas de *folders* que estão sendo espalhados pelos campi e unidades isoladas da UFRJ contêm a ficha de inscrição para o curso. Os interessados devem preencher, destacar e entregá-la nos seguintes locais: Sala de Ensino do CLA; Coordenação de Extensão/FAU; diretoria de Intercâmbio Cultural/EBA; Coordenação de Extensão/Letras e setor Artístico e Cultural/Música.

Conteúdo

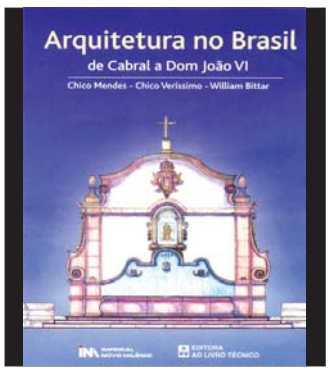
A iniciativa do Centro de Letras e Artes é dar continuidade ao debate iniciado no ano passado com o curso Século XX e suas Interfaces: Arte e Cultura no Brasil, que traçou um panorama das diversas manifestações artísticas que consolidaram o pensamento moderno no Brasil. Este curso abordará o ambiente da pós-modernidade marcado por algumas características que norteiam a produção artística do período, como o distanciamento da política e dos problemas sociais, a perda de referência histórica, a multiplicidade de temas e abordagens. Ruptura, vanguarda, manifesto, projeto coletivo deixaram de fazer parte do discurso pós-moderno. Em seu lugar, desconstrução, subjetividade, desestatização da arte, mercado, entretenimento.



Arquitetura colonial

Esta obra, produzida por professores da FAU-UFRJ, aborda a trajetória da arquitetura colonial, percorrendo todo o território luso-brasileiro em companhia dos leitores e estabelecendo conexões e reflexões sobre elementos geradores do fenômeno arquitetônico conforme os diferenciados contextos de sua materialização.

Ela está organizada em capítulos que tratam da evolução urbana, sistemas construtivos, arquitetura oficial, civil e religiosa, todos fartamente ilustrados com material produzido especificamente para este livro, incluindo



algumas considerações pouco discutidas na bibliografia oficial.

O lançamento será no dia 18, às 19h, na Livraria da Travessa (Av. Afrânio de Mello Franco, 290/lj 205A, no Shopping Leblon)

Concurso Niemeyer 100 anos

A decania do Centro de Letras e Artes promove o concurso Niemeyer: 100 Anos. As categorias são: maquetes físicas; arte visual com cartazes; charges e fotografias; poemas e contos; peças musicais. Os trabalhos deverão ser inéditos, originais e individuais, tendo como inspiração a obra de Oscar Niemeyer. Cada concorrente poderá inscrever apenas um trabalho. Poderão participar os alunos de graduação e técnicos-administrativos das unidades do CLA.

Inscrições: de 17 de setembro a 5 de outubro.

Locais: *Escola de Belas Artes*: Diretoria Adjunta de Intercâmbio Cultural (DAIC), sala 718, das 10h às 15h; *FAU:* Diretoria Adjunta de Extensão (2º andar), das 14h às 17h; *Escola de Música:* setor Artístico, das 13h às 18h e *Faculdade de Letras:* Diretoria Adjunta de Cultura e Extensão, sala D-116, das 10h às 15h.

Reunião do GT Anti-Racismo

Nesta terça-feira, 11, às 9h, o GT Anti-Racismo do SINTUFRJ se reúne na subsede sindical do HU. Pauta: Encontro Nacional de Técnicos-Administrativos Negros da Base da Fasubra; GT -Itinerante e Ações Afirmativas na UFRJ.

Instalação do GT-Segurança

Com o fim da greve da categoria vai ser possível criar e instalar o GT-Segurança, conforme já foi anunciado pelo SINTUFRJ anteriormente. Toda a categoria está convidada a participar desta importante reunião, nesta terça-feira, 11, às 14h, na subsede sindical do HU. Participarão da mesa que encaminhará o debate, além da coordenadora de Políticas Sociais do Sindicato, Noemi Andrade, o prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos, e o diretor da Divisão de Segurança, Leandro Buarque.

Espanhol na CUT-RJ

A Central Sindical está oferecendo a todos os sindicatos cutistas, especialmente aos dirigentes, jornalistas, assessores e funcionários das áreas de cultura, formação, imprensa e políticas sociais curso de língua e literatura espanhola. Taxa de inscrição R$ 40,00 e mensalidade R$ 40,00. O material didático está incluído nesses valores. Aulas aos sábados, das 8h às 12h. Inscrições pelo telefone (21) 2196-6700 com Ailton, Wilton ou Angelina, ou pelo e-mail formacao@cutrj.org.br.

Adesão à Amil

Até 20 de setembro, os interessados poderão fazer adesão ao plano de saúde Amil administrado pelo SINTUFRJ. O reajuste para 2007 foi estipulado em 5,76%. Os interessados devem procurar a sede ou subsedes do Sindicato no Fundão e na Praia Vermelha.

(1934/2007)

Gianni Temponi

É com pesar que comunicamos o falecimento de Gianni Maurélio Temponi, professor titular em Neurocirurgia e que dirigiu por oito anos o Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) – de 1996 a 2004. Temponi iniciou sua carreira na UFRJ como médico residente no próprio INDC. Foi ele quem fundou o Serviço de Neurocirurgia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Nascido em 9 de outubro de 1934, o professor faleceu no dia 24 de agosto, em decorrência de embolia pulmonar. Deixa viúva a professora Maria Augusta Temponi, ex-sub-reitora de Pessoal da UFRJ (1994/2001). A missa de sétimo dia foi na sexta-feira, dia 31, na Capela da Reitoria, no Fórum de Ciência e Cultura da Praia Vermelha.

AOS LEITORES: Na próxima edição publicaremos a segunda matéria sobre a pesquisa do Instituto Sensus que traça o perfil da UFRJ.

Seminário sobre Áreas Protegidas

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais da UFRRJ e o Programa Eicos, da UFRJ abriram inscrições para o III Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (III Sapis), cujo tema é "Gestão Participativa de Áreas Protegidas". Quem vai participar com trabalhos deverá enviá-los até 16 de setembro. O evento será realizado de 11 a 14 de novembro, em Teresópolis. Mais informações pelo site www.ivt-rj.net/sapis ou pelo e-mail sapis3@yahoo.com.br.

Conexões de Saberes realiza seleção

O projeto Conexões de Saberes, da PR-5, está com as inscrições abertas para o sétimo processo seletivo. Para se inscrever é necessário ser estudante de graduação da UFRJ, morador de comunidades populares e ter disponibilidade de 20 horas semanais (terças, quintas e sextas-feiras à tarde). As inscrições podem ser feitas até o dia 13 de setembro no site www.pr5.ufrj.br ou no prédio da DIUC, próximo à prefeitura da Cidade Universitária. O valor da bolsa-auxílio é de R$ 300. A seleção será nos dias 17 e 18 de setembro. Informações pelo telefone 2598-9261 ou pelo e-mail conexoesufrj @pr5.ufrj.br.

Síndrome Alcoólica Fetal

No dia 13 de setembro, das 9h às 11h, o Centro de Ensino, Pesquisa e Referência de Alcoologia e Adictologia (Cepral) realiza palestra sobre a Síndrome Alcoólica Fetal, no auditório do Instituto de Neurologia Deolindo Couto, na Praia Vermelha.

Honoris Causa

Nesta terça-feira, 11, às 11h, em sessão solene do Conselho Universitário no auditório Hélio Fraga (CCS), o professor Marcus Vinícius Gomez receberá o título de Doutor Honoris Causa.